



(Des)caminhos da Política de Assistência Social: De Temer-Bolsonaro à Lula

Resumo:

As reflexões contidas nesse artigo são advindas de um Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, no qual foram abordadas as complexidades em torno do sucateamento da Política Nacional de Assistência Social no Brasil no período entre 2016 e 2022. Assim sendo, aqui ampliamos nossas análises em torno dos (des)caminhos que essa política social percorreu da era Temer-Bolsonaro ao 3º mandato do presidente Lula. Para tanto, utilizamo-nos do materialismo-histórico dialético como método de pesquisa, e metodologicamente, da pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória e qualitativa. Fica nítido, nesses (des)caminhos da Assistência Social no país: de um lado, um sucateamento e desfinanciamento por Temer-Bolsonaro e, do outro, uma reestruturação e refinanciamento por Lula.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social; (des)caminhos; (des)financiamento; Governos Temer-Bolsonaro; 3º Governo Lula.

Abstract:

The reflections contained in this article come from a Course Completion Work in Social Work, in which the complexities surrounding the scrapping of the National Social Assistance Policy in Brazil in the period between 2016 and 2022 were addressed. Therefore, here we expand our analyzes around the (mis)paths that this social policy took from the Temer-Bolsonaro era to President Lula's 3rd term. To this end, we use dialectical historical-materialism as a research method, and methodologically, bibliographical and documentary research of an exploratory and qualitative nature. It is clear, in these (mis)paths of Social Assistance in the country: on the one hand, a scrapping and defunding by Temer-Bolsonaro and, on the other, a restructuring and refinancing by Lula.

Keywords: National Social Assistance Policy; (mis)paths; (de)financing; Temer-Bolsonaro governments; 3rd Lula Government.

1 Introdução

O neoliberalismo econômico é a nova razão do mundo, que no Brasil recente, em sua 3ª fase, foi agravado por uma versão fundamentalista cristã (LÖWY, 2016), o qual devastou a economia, destróçou o trabalho com as mais diversas formas de desregulamentação, flexibilização, intensificação e precarização, e altera a lógica Estado-Sociedade. E, mesmo com um novo Governo, o país, ainda vive às inflexões da tríplice crise: crise econômica de 2007/2008; crise sanitária provocada pela pandemia do COVID-19; crise política, que vem desde o golpe dado à presidenta Dilma Rousseff (2014-2016, Partido do trabalhadores-PT), travejado de impeachment, e encorpada pelo governo deletério de Jair Messias Bolsonaro.

Ainda que Bolsonaro derrotado nas urnas em 2022, pelo agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), que chega ao Palácio do

Planalto através de uma frente ampla em defesa da democracia, o estrago ultraneoliberal operado por aquele está dado na realidade de milhares de brasileiros, tendo em vista a negação e até mesmo o enfrentamento direto ao conjunto de direitos e políticas sociais que poderiam trazer um pouco de dignidade à vida das populações mais pauperizadas, a exemplo do desfinanciamento dessas políticas, dentre elas, a própria Política de Assistência Social, que será o nosso objeto de discussão aqui.

Este artigo é constituído de reflexões advindas de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, no qual foram abordadas as complexidades em torno do sucateamento da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, à luz do contexto político, econômico e social no período compreendido entre 2016 e 2022. Assim sendo, aqui ampliamos e apontamos nossas análises em torno dos (des)caminhos que a Política de Assistência Social percorreu da era Temer-Bolsonaro (desfinanciamento) ao 3º mandato do presidente Lula (refinanciamento).

A metodologia adotada neste estudo se constituiu a partir da pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória e qualitativa, visando explorar e analisar a realidade dos (des)caminhos da Política Nacional de Assistência Social no país. O método de pesquisa utilizado é o materialismo histórico-dialético, permitindo uma apreensão da realidade concreta, histórica e contraditória, de forma dinâmica e totalizante, ao apreender as mediações que estão intrinsecamente ligados ao objetivo pesquisado.

No que diz respeito ao recorte temporal, o estudo analisa os (des)caminhos da Política Nacional de Assistência Social no Brasil dos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro ao 1º ano e meio do 3º governo de Lula. Assim sendo, didaticamente estruturamos este artigo da seguinte forma: introdução, onde é apresentada uma síntese do trabalho; na segunda parte, abordamos o desfinanciamento da Política de Assistência Social no governo Temer; na terceira, discutimos como se dá a continuidade do desfinanciamento da Política de Assistência Social no ultraneoliberalismo de Bolsonaro; no próximo tópico fincamos nossas análises na coalização democrática e no 3º Governo Lula no refinanciamento da Política Nacional de Assistência Social no Brasil; por fim, são apresentadas as considerações finais sobre os resultados deste estudo.

2. A herança maldita do desfinanciamento da Política de Assistência Social: Reflexões do governo Temer

A crise política e a instabilidade social brasileira, que antecederam o fatídico ano de 2016, foram formadas por uma narrativa elitista e por políticos tradicionais da elite brasileira, insatisfeitos com o resultado das urnas, atrelado a um contexto macrossocial determinado pelo capital neoliberal em que desencadeou, a partir de 2008, uma crise mundial financeira onde se exigiu uma nova reestruturação do capitalismo, trouxe a tona um dos períodos mais sombrios do Brasil desde a redemocratização.

Demier (2017) destaca que esse cenário propiciou à direita neoliberal do país uma reorganização que permitiu reunir diversos setores da sociedade como o capital financeiro, o capital industrial e o agronegócio, partindo para diversos ataques com o apoio midiático ao governo vigente, a fim de agravar a crise econômica já instaurada.

Neste ano, o golpe de Estado parlamentar-institucional e midiático, propôs e cumpriu-se com a intenção de substituir os representantes governamentais democráticos, por aqueles que conhecemos pelo seu significativo grau reacionário. Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), protagonista desta história, apossou-se do cargo de Presidente da República e estabeleceu mudanças que sucumbiram o país, estruturando diversos desmontes aos direitos sociais e trabalhistas conquistados e o corte nos orçamentos das políticas sociais, marcando a regressão, a flexibilização e a desregulamentação dos direitos (SOARES, 2018).

É importante ressaltar que as políticas sociais, que representam a materialização dos direitos, são, de fato, respostas do Estado às demandas da questão social. No entanto, durante o governo Temer, houve uma nítida adesão aos valores neoliberais mais duros e a implementação de medidas que buscavam reverter os progressos conquistados em termos de direitos sociais, deixando de lado as necessidades da população brasileira, que enfrentava pobreza, acesso limitado às políticas e uma crescente disparidade social, instaurando uma nova era para o neoliberalismo, denominado de ultraneoliberalismo, o qual se sustenta até o fim do governo Bolsonaro, sendo esse mais um contínuo mais moralista e ortodoxo das políticas de Temer.

Tal questão nos leva a afirmar que, desde a instaurada do neoliberalismo no Brasil, os Governos Temer e Bolsonaro evidenciaram o momento mais dramático para

os/as trabalhadores/as: o ultraneoliberalismo, uma fase superior ao neoliberalismo clássico ou de cooptação, na qual se procura dar respostas frente à crise do capital mundial desde os anos de 2008 (Meszáros, 2011, p.41).

Portanto, considera-se essa a 3ª fase do neoliberalismo, sendo denominado de ultraneoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existe (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 122).

Caracterizado pela forma de ajuste da economia advinda de refreamentos de investimentos públicos vinculados a uma política de austeridade fiscal, na qual o Estado controla os custos e previne o aumento da dívida pública sob o efeito de contrarreformas e cerceamento de direitos sociais.

No Brasil, inicia-se após o golpe de Michel Temer em 2016, derrubando o governo de Dilma Rousseff, instalando no país uma "nova configuração hegemônica que passa a ter um viés reacionário, conservador e paternalista" (DEMIER, 2017, p. 91-92).

Entre as medidas do rigoroso ajuste fiscal implementadas por Temer, destaca-se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/55, mais conhecida como a PEC "do fim do mundo", aprovada em 16 de dezembro de 2016. Esta proposta introduziu um teto para os gastos públicos federais e foi consolidada na Emenda Constitucional nº 95, estabelecendo o chamado Novo Regime Fiscal, que limita os gastos públicos federais por um período de 20 anos, vigorando, portanto, até 2036.

Dentre as expressões dessa nova racionalidade governamental no país, estão as fortes restrições nos investimentos em setores vitais como Saúde, Educação e Assistência Social. Essa medida resultou em crescentes dificuldades para garantir serviços públicos de qualidade à população, especialmente para os mais vulneráveis. A limitação dos gastos também teve um impacto negativo no crescimento econômico, além de agravar a desigualdade social, uma vez que os cortes afetaram de forma desproporcional os segmentos mais necessitados da sociedade. Ademais, a implementação da PEC acabou por comprometer a capacidade do Estado de responder a crises emergenciais, como a pandemia de COVID-19, ao reduzir ainda mais os recursos disponíveis para políticas de Saúde e Assistência Social.

A direção reacionária tomada pelo governo ilegítimo de Temer ficou cada vez mais nítida, quando suas primeiras ações foram às extinções de alguns ministérios e a fusão de outros, ilustrando a hodierna abordagem ao trato das políticas sociais. E, é óbvio, que os ministérios extintos são aqueles que segundo esse movimento ultraconservador são nichos da esquerda ou de qualquer questão ideológica que não vá ao encontro dos desvalores conservadores, como o Ministério da Cultura, da Comunicação e da Mulher, bem como os Ministérios da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Controladoria Geral da União, o que reduziu de 32 para 23 o número de ministérios.

Entre as inúmeras contrarreformas protagonizadas pelo governo Temer, a trabalhista teve um peso especial para a sociedade. O Projeto de Lei nº 6787/2016, alterava as regras dos contratos temporários de trabalho ao mesmo tempo que priorizava a negociação quando o assunto estava relacionado aos direitos dos/as trabalhadores/as, outrora, estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Transformado na Lei Ordinária nº 13467/2017 em 13 de julho de 2017, o então projeto trouxe mudanças significativas no campo do trabalho, tendo em vista que “os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo, podem ser resumidos em duas palavras: flexibilização e desregulamentação”, resultando num aumento contínuo da precariedade do trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 2-3).

As implicações dessa nova lógica são cada vez mais vorazes, a exemplo do crescente aumento do desemprego, uma vez comparado com a realidade do ano de 2014, no qual a média de desocupados era aproximadamente 7,2% sendo uma das menores da história brasileira, situação que decaí consideravelmente à medida que se efetivava a nova legislação trabalhista, com o estreitamento da relação empregado e empregador, com a flexibilização da sua jornada de trabalho e a desregulamentação das legislações que cumpriam efetivamente seu direito. Chegando a 13,7% e atingindo pouco mais de 13,8 milhões de pessoas, os índices de desocupação no país no ano de 2017 mostraram os reflexos das novas normativas, afetando diretamente no cotidiano do trabalhador (IBGE, 2022).

Tanto a Medida Provisória (MP) 739 quanto o Decreto 8.805 foram emitidos em 07 de julho de 2016, visando atacar os/as usuários da previdência e da Assistência Social, em duas frentes, por meio dos direitos previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ambas as iniciativas refletem as estratégias

adotadas pelo governo Temer para restringir os direitos dos trabalhadores, através de medidas que incluem a revisão dos benefícios por incapacidade a qualquer momento e a convocação de trabalhadores que recebem auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Além disso, estabeleceram-se várias restrições ao acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais.

Essa proposta tem sua base política-ideológica fortemente ligada ao programa "Ponte para o Futuro", que defende a lógica do ajuste fiscal e de um discurso conservador que estigmatiza os/as trabalhadores, com a narrativa de que estariam "recebendo aposentadoria indevidamente e sobrecarregando os cofres públicos".

Entre seus argumentos, destacava-se a reafirmação do desequilíbrio fiscal existente, a necessidade de conter a expansão dos gastos sociais do Estado e a significativa redução do crescimento dos custos associados à manutenção dos benefícios previdenciários e do BPC. A proposta também visava intensificar a fiscalização e o controle dos/as beneficiários/as, através do cruzamento de dados de sistemas informatizados, além de aumentar a exigência de formulários e documentos comprobatórios, ampliando a já complexa burocracia necessária para acessar esses direitos.

Não se pode interpretar essa medida de austeridade fiscal de outra forma, senão como um ataque severo contra a classe trabalhadora e seus direitos, expressões próprias do ultraneoliberalismo. Assim sendo, a política implementada pelo governo Temer revela-se ainda mais cruel, uma vez que teve como objetivo principal a austeridade fiscal, sem a criação de mecanismos de proteção social para os milhares de trabalhadores que tiveram seus benefícios previdenciários cerceados, impactando diretamente na Política Nacional de Assistência Social, em um verdadeiro processo de desfinanciamento, o qual é aprofundado ainda mais no desgoverno Bolsonaro, como veremos a seguir.

3. A severa continuidade do desfinanciamento da Política de Assistência Social: O ultraneoliberalismo do desgoverno Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), ascendeu ao poder em meio a uma conjuntura de crises econômicas, sociais e políticas, e, diga-se

de passagem, criadas e aprofundadas pela própria direita, que minaram a legitimidade do padrão de governança adotado pela conciliação de classes, da era PT.

Conquistou a presidência do Brasil em 28 de outubro de 2018, com cerca de 55% dos votos válidos. Ele ficou reconhecido por suas tendências ultradireitistas, radicais e neofascistas. Emergiu em um contexto de polarização e agudização social/política no cenário nacional, com forte repúdio ao sistema político estabelecido e suas práticas. Foi impulsionado por um clima moralista e de busca por justiça decorrente da Operação Lava-Jato, aproveitando-se de um estilo mobilizador e confrontador, sendo retratado como um "cidadão de bem" sem experiência ou conhecimento suficiente para ocupar a presidência, mas assim, foi eleito.

A tendência de reduzir o papel do Estado, vislumbrada no governo Temer, em relação às políticas sociais persistiu durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Desde sua posse em 2019, o país testemunhou uma séria erosão dos direitos sociais, trabalhistas, da soberania nacional, da cultura, do meio ambiente, da Assistência Social, da educação, da saúde e até mesmo das conquistas básicas de convivência sócio-política. Esse processo, iniciado durante o mandato de Michel Temer, intensificou-se mais durante o governo Bolsonaro.

Já presidente, ele formou sua equipe de trabalho, sobretudo no primeiro escalão – os ministérios, caracterizada por um ultraneoliberalismo na esfera econômica, uma abordagem fiscalista na gestão, conservadorismo em termos de valores, extrema direita no espectro político, um atraso na questão dos direitos humanos e resistência à proteção ambiental (QUEIROZ, 2021). Se instalando no país uma "nova configuração hegemônica que passa a ter um viés reacionário, conservador e paternalista" (DEMIER, 2017, p. 91-92). Assim dizendo:

[...] o processo de ultraneoliberalização se dá sob os auspícios de um governo neofacista, que mobiliza o medo, que mobiliza os ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora, e mobiliza os piores sentidos da formação sócio-histórica do Brasil: racista, misógina, xenófoba, machista, LGBTfóbica, ou seja, é o neoliberalismo se aprofundando sem nenhuma mediação progressista sobre nada (LIMA SOBRINHO, 2022, p.123).

Desse modo, quando pensamos em políticas sociais e ultraneoliberalismo, a acepção desse modelo econômico é a de questionar a intervenção estatal nesse campo. Onde se defende que a responsabilidade pela questão social deve recair principalmente

sobre os indivíduos, as famílias e a iniciativa privada, enquanto o Estado deve ter um papel mínimo, limitando-se a garantir a segurança e a ordem pública.

Com essas características, o governo de Bolsonaro implementou políticas que contradizem os princípios estabelecidos pela Constituição de 1988, com o objetivo de reduzir a participação do Estado na oferta de bens e serviços. Isso resultou na concentração do poder decisório no Executivo e no desmonte de políticas sociais vistas como contrárias à visão do presidente e sua equipe. Essa abordagem combinou uma gestão autoritária com a retirada da responsabilidade política na manutenção de políticas sociais voltadas à garantia de direitos.

Desde o início de seu governo, Bolsonaro promoveu cortes em programas sociais, especialmente o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). A maior redução foi no programa habitacional, cujo orçamento para 2020 foi de apenas R\$ 2,7 bilhões, comparado aos R\$ 4,6 bilhões estimados para 2019. O orçamento destinado ao Minha Casa Minha Vida, criado há dez anos, foi o menor da história (Escola Nacional de Formação 2021). Além disso, o Programa Bolsa Família também enfrentou uma desestruturação similar, com congelamento de recursos desde 2016 e um aumento significativo na fila de espera pelo benefício.

O Programa Bolsa Família, desde o início do governo Bolsonaro, foi alvo de críticas e ameaças de extinção. A portaria nº 2.362, publicada em dezembro de 2019 pelo Ministério da Cidadania, anunciou cortes nas verbas para serviços de Assistência Social em todo o país. Esta medida afetou diretamente os municípios, com reduções de recursos entre 30% e 40% nessa política social.

O governo Bolsonaro defendia a eliminação de benefícios considerados "ineficientes" para implementar programas que poderiam, supostamente, transformar a realidade dos cidadãos. Nesse contexto, foi proposto o Auxílio Brasil, que substituiu o Programa Bolsa Família (PBF). O Auxílio Brasil manteve as mesmas condicionalidades do PBF, mas alterou o valor mensal do repasse por família e a duração do programa, o qual teve vigência temporária até o final de 2022.

A Política Nacional de Assistência Social também passou por um processo de desmantelamento. As transferências do governo federal para os municípios caíram de pouco mais de três bilhões de reais no final do mandato de Dilma para pouco mais de um bilhão e meio de reais em 2020.

O orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2021, destinado ao custeio de serviços e ações sócioassistenciais, foi de 2,6 bilhões de reais, mas apenas 1,1 bilhão de reais foram efetivamente liberados, representando uma redução de 59,34%. Consequentemente, os pilares do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como componente estratégico da seguridade social, ficaram seriamente comprometidos, mesmo o SUAS sendo uma porta de entrada para o sistema de proteção social e acesso aos direitos das populações vulneráveis, organizado por meio de uma rede de proteção de renda e acesso a serviços sócioassistenciais, além de possibilitar a inclusão em um conjunto amplo de proteções e referenciamento em serviços como saúde, educação e previdência.

Em 2021, o governo Bolsonaro reduziu os gastos sociais em 19,5%, e em 2022, ano de sua tentativa de reeleição, houve um aumento eleitoral, mas de apenas 2,8%. Este aumento não representou uma retomada das políticas sociais, mas sim a concessão de auxílios específicos (diria, eleitorais) a grupos como taxistas e caminhoneiros, além de benefícios para a compra de gás, poucas semanas antes das eleições presidenciais.

A política econômica do governo Bolsonaro sempre teve como objetivo intensificar o ajuste fiscal, uma estratégia já iniciada pelo governo Temer com a Emenda Constitucional 95, conhecida como "teto de gastos". Esse ajuste fiscal envolveu a ampliação do número de empresas a serem privatizadas e consequentemente, as retiradas de direitos dos/as trabalhadores/as, caracterizando o modelo de política de governo.

Assim sendo, esse desgoverno se pautou pelo ajuste da economia advinda de refreamentos de investimentos públicos vinculados a uma política de austeridade fiscal, na qual o Estado controla os custos e previne o aumento da dívida pública sob o efeito de contrarreformas e cerceamento de direitos sociais.

Bolsonaro, evidentemente, alcançou seu objetivo de dismantlar as políticas sociais no Brasil. Cumprindo suas promessas, ele manteve uma agenda de desmonte, também conhecida como agenda de contrarreformas. Utilizando o teto de gastos e outras obrigações financeiras como justificativa, adotou medidas inadequadas de proteção familiar e ofereceu respostas insuficientes à crise de saúde pública. O resultado foi um processo acelerado de aumento da miséria e da fome, afetando uma grande parte da população. Situação que passa a ter ares de mudança com o 3º governo

Lula, como veremos a seguir.

4. Uma coalização democrática e o 3º Governo Lula: O refinanciamento da Política Nacional de Assistência Social no Brasil

Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) é eleito presidente do Brasil para o seu 3º governo (2023-2026), em meio à crises e destruições no campo social, advindas da era Temer-Bolsonaro. Não foi uma eleição fácil, permeada por muitas *fake news*, violências e ataques advindos, sobretudo, da direita e extrema-direita bolsonaristas. O pleito eleitoral foi ao segundo turno, tendo o embate direto entre Bolsonaro do Partido Liberal (PL) e Lula do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula, no percurso do segundo turno conseguiu aglutinar uma coalizão democrática em torno de seu nome, tendo ao lado pessoas e figuras políticas que lutavam pela reabertura democrática do país, e, sobretudo, pelo retorno de investimento no campo social.

Assim sendo, desde o seu primeiro dia como presidente, Lula demonstrou um compromisso com a reconstrução e a unificação do Brasil. Desde o início de seu mandato, após a cerimônia de posse, ele anunciou uma série de medidas abrangentes, abordando questões ambientais, educacionais e de seguridade social. Além disso, promoveu uma abertura significativa de canais de comunicação, recebendo no Palácio do Planalto líderes sindicais, profissionais da saúde comunitária, reitores universitários e governadores estaduais, estreitando diálogos e conduzindo uma perspectiva democrática, característica do seu governo.

Outras ações importantes incluíram o apoio prestado ao povo Yanomami, a decisão de retirar a Petrobras e os Correios da lista de empresas a serem privatizadas, assegurou uma distribuição de vacinas contra a Covid-19 para as crianças e a recepção do chanceler alemão Olaf Scholz, entre outras iniciativas cruciais. Indo ao contrário da lógica vislumbrada nos governos anteriores, expressos como genocida, negacionistas, obscurantista e ultraneoliberal.

Ainda no início de seu governo, o evento ocorrido em 8 de janeiro, amplamente considerado como ato golpista e que deixou uma marca negativa na história do país devido à sua séria tentativa de ruptura institucional, desencadeou uma resposta do governo federal que incluiu uma intervenção na segurança pública do Distrito Federal. Mas, sobretudo, fortaleceu, ainda mais o sentimento de coalizão democrática, ponto

central deste governo de Lula, quando se juntaram os três poderes da federação em prol da defesa da democracia no país.

Contudo, ainda que estejam presentes na realidade governamental os desmontes deixados pela *era bolsonarista*, à Assistência Social, enquanto política social, voltou a ser priorizada nas iniciativas de recuperação lideradas por Lula nesta fase inicial. Um exemplo é o Programa Bolsa Família (PBF), que está em pleno vigor desde o início de março de 2023, com um aporte financeiro de R\$ 600, com um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos de idade. Além disso, programas como o Mais Médicos foram relançados oficialmente no início do ano de 2023, e aguardavam contratações para garantir que os serviços médicos fossem efetivamente disponibilizados.

Outro aspecto importante nesta fase de retomada foi o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sob um novo formato, criado a partir de uma medida provisória, o programa é direcionado para expandir a produção agrícola de comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, afrodescendentes e mulheres. Durante os governos petistas anteriores, o PAA foi reconhecido como um dos principais programas de combate à pobreza e foi creditado por ajudar o país a sair do Mapa da Fome da ONU (BRASIL, 2023).

O relatório do Banco Central (BC) divulgado recentemente pelo Ministério da Fazenda apresentou uma análise abrangente das contas públicas em 2023, destacando que no primeiro ano do terceiro mandato de Lula como presidente, *os investimentos em programas sociais foram cinco vezes maiores do que os realizados por Bolsonaro em 2022*.

Esses números refletem uma análise cuidadosa das contas públicas do ano passado. Ao contrário das interpretações de alguns colunistas econômicos e da mídia, o déficit de R\$ 249 bilhões (2,29% do PIB) não é resultado dos gastos do governo Lula, mas sim da necessidade de reconstruir, ao longo de 2023, todas as políticas públicas que foram desmanteladas e do enfraquecimento do Estado brasileiro durante a era presidencial de Temer-Bolsonaro.

Em conjunto, os investimentos na Assistência Social durante o governo Lula em 2023 foram cinco vezes maiores do que os realizados por Bolsonaro. Isso representou um crescimento real de 15,6% nos gastos sociais em comparação com o aumento de apenas 2,8% registrado em 2022.

No governo Lula em 2023, houve um aumento real de 12,5% nos investimentos primários em relação a 2022, destacando-se o crescimento da Educação que teve um acréscimo de R\$ 17,2 bilhões, representando um crescimento real de 20,3%. Na Saúde se registraram R\$ 24,3 bilhões adicionais em investimentos, resultando em um crescimento real de 16,6%.

Os benefícios sociais, onde os recursos aumentaram em R\$ 155,7 bilhões, com um crescimento real de 80,4% nas transferências do programa Bolsa Família, 12,4% no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 51% em Assistência Social. E nos investimentos públicos, que se notou um acréscimo de R\$ 34,5 bilhões, refletindo um crescimento real de 72,5% (AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS, 2024).

Esses dados refletem a orientação do presidente Lula, desde sua campanha eleitoral, de incorporar os indivíduos apartados da sociedade no orçamento nacional, aumentando os investimentos sociais e as transferências de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade, com o intuito de reduzir a histórica desigualdade social do Brasil.

Assim, o ano passado ficou marcado pelo retorno da valorização do salário-mínimo, bem como o restabelecimento de programas como Mais Médicos, Brasil Sorridente, o novo Bolsa Família, a revitalização da Farmácia Popular, a implementação do Desenrola Brasil, o novo Minha Casa Minha Vida, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além da expansão de escolas em tempo integral, aumento das bolsas de pesquisa e extensão no âmbito do ensino superior, entre outros. Essas ações refletem a priorização do fundo público como um catalisador da equidade social e da melhoria da qualidade de vida da população vulnerável.

Lula destacou durante um evento na Volkswagen, quando a montadora alemã anunciou um investimento de R\$ 16 bilhões no Brasil até 2028, que o país não foi governado nos últimos quatro anos, mas sim desmantelado, com a maioria das políticas públicas construídas entre 2003 e 2015, sendo desfeitas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresenta primeiras medidas para tapar rombo no orçamento deixado pelo governo Bolsonaro, o que pode habilitar o governo a investir mais ainda no campo social.

4. Conclusões

Assim sendo, o que se viveu neste país no período Temer-Bolsonaro foi o aprofundamento dos determinantes da crise estrutural do capital, que no Brasil se conformou em uma tríplice crise (econômica-política-sanitária), e sua insidiosa corrosão no campo das políticas sociais, em específico, a Assistência Social, e do Estado brasileiro, apropriado pelo ultraneoliberalismo e por um governo ultraconservador, de face reacionária, obscurantista, que negou a ciência e teve como ideário político a violência, o preconceito e a intolerância contra “os de baixo”, próprios da cultura autocrática burguesa brasileira.

No que tange a Política Nacional de Assistência Social, nesse período, é notório seu desfinanciamento e o conseqüente agravamento das expressões da questão social, mesmo tendo ciência de que as contradições encontradas na política não serão solucionadas nas singularidades de uma sociedade capitalista. Entretanto, a política assume um papel fundamental na mínima garantia de direitos sociais àqueles que se encontra em situações de subalternização, sendo um elemento indispensável na superação das desigualdades e na busca da emancipação dos sujeitos, validando a defesa intransigente do sistema de proteção social em um cenário de desvalorização e fragmentação de serviços públicos.

Ressalta-se, portanto, a relevância da continuidade das análises em torno das mediações sócio-históricas sob as quais irão se delinear os novos capítulos da história da Assistência Social brasileira. Os ataques ideológicos e econômicos impetrados contra a estrutura socioassistencial brasileira ainda serão sentidos, em especial pela classe trabalhadora, durante bastante tempo.

E mesmo em uma eleição e posse bastante conturbada, diante de uma coalização democrática, em menos de dois anos de seu 3º mandato, Lula retoma os investimentos no âmbito do social, denotando nitidamente seu direcionamento sócio-político de toda sua história, o qual reforça e destina investimentos para esse campo, o qual busca reconstruir o país, possibilitando “aos de baixo” novamente o acesso ao conjunto de políticas, programas, serviços e ações sociais, por parte do Estado.

O refinanciamento das políticas sociais, em específico, da Assistência Social, portanto, evidencia o posicionamento ético-político do atual Governo, mas, sobretudo, retoma o atendimento à frações sociais ideologicamente perseguidas por Temer-Bolsonaro, coloca no orçamento do fundo público o atendimento às necessidades de saúde, educação, sociais, habitacionais, de cultura, arte, esporte e ambientais, a

exemplo do próprio repasse de recursos públicos que o mesmo tem destinado para a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul, frente à desastrosa situação socioambiental que esse estado passa.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. IN: **Consultora da Câmara aponta queda do gasto do governo federal com assistência social** Fonte: Agência Câmara de Notícias. Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818018>. Acesso em: 20 jun. 2022.

AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS (Brasil). Senado Federal. **Governo Lula investe 5 vezes mais em 2023 em programas sociais que Bolsonaro em 2022**. 2024. Disponível em: <https://ptnosenado.org.br/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

BRASIL. Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicação. **Retomada de programas e revisão de medidas marcam 100 dias de Lula**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Agência Senado. Senado Federal (ed.). **Primeira Medida Provisória de Temer reduz de 32 para 23 o número de ministérios**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios>. Acesso em: 18 mar. 2024

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego: taxa de desocupação no Brasil e nas grandes regiões**. Taxa de Desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões. 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 13 jan. 2023.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **Crise do capital, conservadorismo e “captura” da subjetividade profissional: Implicações na cultura crítica do serviço social**. 2022. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de PósGraduação em Serviço Social – Ppgss, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Ufrn, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49448>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2a. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MATTOS, Marcelo B. **Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual**. Em Pauta. Teoria Social e Realidade Contemporânea. FSS/UERJ, n. 20, Anais do 8º Encontro Internacional de Política social e 15º Encontro Nacional de Política Social

nov. 2020

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: Socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

QUEIROZ, Antônio Augusto. Federalismo e políticas públicas no governo Bolsonaro. **Congresso em Foco**, 2021. Disponível em: <
<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/federalismo-e-politicas-publicasno-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 22, março e 2022.